

Conseqüências da retomada de pagamentos a bancos estrangeiros

GAZETA MERCANTIL

20 DEZ 1990

Paulo Nogueira
Batista Jr. *

É desnecessário frisar que a decisão de retomar parcialmente os pagamentos de juros aos bancos estrangeiros representa um recuo no tratamento da questão da dívida externa e o abandono de posições diversas vezes reiteradas pelo governo. Já não se engana mais ninguém. Lá se vão mais de oito anos desde a eclosão da crise da dívida externa e a opinião pública brasileira sabe distinguir muito bem a retórica da realidade.

O que interessa é discutir as conseqüências da decisão do governo. Depois de tudo o que ocorreu nos últimos anos, é inadmissível que ainda se imagine que gestos de boa vontade e pagamentos parciais possam fazer avançar a negociação na direção desejada pelo governo brasileiro. O impasse persistirá. Os bancos têm muito pouco a nos oferecer e são absolutamente intransigentes.

Na verdade, não existe propriamente negociação, mas sim a imposição de



fórmulas prontas. É este o padrão consagrado pelo comportamento dos credores e pela tibieza dos devedores.

Desde o princípio, a questão que se colocava era a de saber se o governo Collor iria ou não submeter-se às regras do jogo e aceitar o contrato de adesão formulado pelos credores. O problema, desde o início, era que a aceitação pelo Brasil do contrato de adesão dos credores — o chamado plano Brady — limitaria em muito as possibilidades de êxito do Plano Collor. Justo agora que o Plano faz água no campo interno, decidiu-se começar a abrir as comportas no campo externo.

Como não há a possibilidade de avançar na negociação, qual o sentido de se retomar pagamentos agora? A rigor, nenhum. A concessão será vista como sintoma de fraqueza e dará lugar a novas e maiores reivindicações por parte dos credores. A única coisa que se conseguirá é deslocar para cima o patamar a partir do qual os bancos formularão exigências adicionais de pagamento. Os credores não sossegarão enquanto o governo Collor não estiver completamente enquadrado nas normas por eles estabelecidas para

o tratamento da questão da dívida.

Dificilmente o governo poderia escolher um momento pior para anunciar a retomada de pagamentos. Enquanto o mundo inteiro se prepara para enfrentar os riscos associados à situação de guerra iminente no golfo Pérsico, o Brasil, país particularmente vulnerável a aumentos no preço do petróleo, marcha aparentemente na direção de concessões crescentes a seus credores. Além de agravar a frágil situação cambial, a retomada de pagamentos irá contribuir pa-

ra aprofundar os problemas financeiros do setor público, comprometendo a política de combate à inflação.

O nosso único consolo é que estaremos dando alguma contribuição para melhorar um pouco a situação de bancos internacionais que atravessam uma quadra particularmente difícil...

* Chefe do centro de análises de políticas macroeconômicas do Instituto de Economia do Setor Público da Fundap e professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo.